

## Entrevista de José Medeiros Ferreira: o Fundo EFTA de desenvolvimento industrial criado a favor de Portugal (Lisboa, 25 Outubro 2007)

**Source:** Interview de José Medeiros Ferreira / JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 25.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:03:38, Couleur, Son original).

**Copyright:** Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)  
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.  
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

**URL:**

[http://www.cvce.eu/obj/entrevista\\_de\\_jose\\_medeiros\\_ferreira\\_o\\_fundo\\_efta\\_de\\_de\\_senvolvimento\\_industrial\\_criado\\_a\\_favor\\_de\\_portugal\\_lisboa\\_25\\_outubro\\_2007-pt-383d73a2-4133-43d7-a9be-f989af33281e.html](http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_jose_medeiros_ferreira_o_fundo_efta_de_de_senvolvimento_industrial_criado_a_favor_de_portugal_lisboa_25_outubro_2007-pt-383d73a2-4133-43d7-a9be-f989af33281e.html)



**Last updated:** 04/07/2016

## Entrevista de José Medeiros Ferreira: o Fundo EFTA de desenvolvimento industrial criado a favor de Portugal (Lisboa, 25 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] Em 1975, um Fundo da EFTA de desenvolvimento industrial é criado a favor de Portugal e entrará em vigor mais tarde em 1977. Lembra-se como foi feita a aplicação deste Fundo?

[José Medeiros Ferreira] A aplicação concreta não lhe saberia dizer, porque isso depois eram os ministérios – o ministério da indústria, o ministério do comércio – que orientavam um pouco, digamos, essa aplicação e não tanto, enfim, o ministério dos Negócios Estrangeiros. Mas lembro-me que isso serviu muito bem para ilustrar que o nosso pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia não nos causava nenhum prejuízo, na medida em que os próprios países da EFTA mantinham essa intenção de continuar a apoiar Portugal neste período de transição, mesmo sabendo que Portugal se orientava para a adesão plena à Comunidade Económica Europeia. E, como referiu, esse é um estímulo que é dado à Economia portuguesa em pleno período de crise política em Portugal, que é o período da transição entre a ditadura e a institucionalização da democracia em 1975, e portanto desse ponto de vista é um sinal de que a EFTA se interessa pelo futuro político, económico e social de Portugal.

A aplicação concreta terá que perguntar aos sectores respectivos – comércio, indústria –, mas sei que nos serviu também para manter, digamos, a capacidade financeira sobretudo e de programas para a modernização da Economia portuguesa. Mas sobretudo ilustrou esse facto que, mesmo com o pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia, os países da EFTA mantinham a sua solidariedade para Portugal.

Eu sei que houve uma altura em que Portugal tinha, no fundo, dois Fundos a seu favor – já nem sequer vou falar do outro Fundo *ad hoc* que foi dado pelo Conselho da Europa, porque ainda é uma outra questão. Foi esse Fundo da EFTA e também os chamados auxílios de pré-adesão que nos foram facultados pela Comunidade Económica Europeia no fim dos anos 70, exactamente porque – ainda não chegamos aí, mas posso já avançar um pouco – a estratégia portuguesa definida pelo primeiro Governo Constitucional, e que se pode ler no tal programa do Governo, foi rapidez no pedido de adesão e tempo suficiente para uma boa negociação que permitisse a ambas as partes preparar-se convenientemente para a entrada de uma economia como a portuguesa na Comunidade Económica Europeia.

E portanto, desse ponto de vista, quer os Fundos da EFTA que vieram para Portugal, quer as ajudas de pré-adesão que vieram da Comunidade Económica Europeia foram, digamos, dois instrumentos que de certa maneira antecederam a aplicação dos Fundos estruturais em Portugal depois da adesão à Comunidade Económica Europeia, não é assim? Portanto, o Fundo da EFTA e as ajudas de pré-adesão, de certa maneira, são o embrião dessa outra novidade que vem para Portugal a partir da [sua] entrada, em 1986, nas Comunidades Europeias, que serão os Fundos estruturais.